

# Índice

---

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	8
--------------------------------	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	11
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	13
--------------------------	----

Notas Explicativas	19
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	45
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	46
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	47
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2013</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	175.000.000
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	175.000.000
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2013</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2012</b>
1	Ativo Total	3.123.901	2.726.828
1.01	Ativo Circulante	328.510	158.871
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	192.338	40.900
1.01.03	Contas a Receber	123.595	103.627
1.01.03.01	Clientes	123.595	103.627
1.01.03.01.01	Contas a receber	5.577	6.673
1.01.03.01.02	Partes relacionadas	118.018	96.954
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.658	2.913
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.658	2.913
1.01.06.01.01	Impostos a Recuperar	1.658	2.913
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.339	5.573
1.01.07.01	Despesas antecipadas	3.339	5.573
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	7.580	5.858
1.01.08.03	Outros	7.580	5.858
1.01.08.03.03	Pagamentos antecipados relacionados à concessão	4.727	4.727
1.01.08.03.04	Outros créditos	2.853	1.131
1.02	Ativo Não Circulante	2.795.391	2.567.957
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	725.150	639.298
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	722.014	634.824
1.02.01.07.01	Despesa antecipada outorga fixa	664.108	573.373
1.02.01.07.02	Pagamentos antecipados relacionados à concessão	57.906	61.451
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	0	138
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	3.136	4.336
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	1.237	2.943
1.02.01.09.05	Outros créditos	1.899	1.393
1.02.03	Imobilizado	125.532	128.479
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	110.222	71.955
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	15.310	56.524
1.02.04	Intangível	1.944.709	1.800.180
1.02.04.01	Intangíveis	1.944.709	1.800.180
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.944.709	1.800.180

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2013</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2012</b>
2	Passivo Total	3.123.901	2.726.828
2.01	Passivo Circulante	337.057	381.602
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	15.116	13.810
2.01.01.01	Obrigações Sociais	15.116	13.810
2.01.01.01.01	Obrigações sociais e trabalhistas	15.116	13.810
2.01.02	Fornecedores	52.084	24.337
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	52.084	24.337
2.01.03	Obrigações Fiscais	166.869	152.171
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	157.086	143.908
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	110.577	100.394
2.01.03.01.02	Impostos e contribuições parcelados	38.072	36.650
2.01.03.01.03	Impostos e contribuições federais e retidos	2.337	1.543
2.01.03.01.04	Pis e Cofins a recolher	6.100	5.321
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	158	173
2.01.03.02.01	Outros impostos a recolher	158	173
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	9.625	8.090
2.01.03.03.02	ISS a recolher	9.625	8.090
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	76.855	169.052
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	45.883	46.571
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	45.883	46.571
2.01.04.02	Debêntures	30.972	122.481
2.01.05	Outras Obrigações	26.133	14.789
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	19.893	5.509
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	19.893	5.509
2.01.05.02	Outros	6.240	9.280
2.01.05.02.04	Obrigações com o poder concedente	2.516	4.349
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	2.863	4.931
2.01.05.02.06	Contas a pagar com Operações de Derivativos	861	0
2.01.06	Provisões	0	7.443
2.01.06.02	Outras Provisões	0	7.443
2.01.06.02.04	Provisão de manutenção	0	7.443
2.02	Passivo Não Circulante	1.694.294	1.740.860
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.201.575	1.265.814
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	109.128	143.227
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	109.128	143.227
2.02.01.02	Debêntures	1.092.447	1.122.587
2.02.02	Outras Obrigações	375.866	381.475
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	32	0
2.02.02.02	Outros	375.834	381.475
2.02.02.02.03	Impostos e contribuições parcelados	353.716	364.820
2.02.02.02.05	Outras contas a pagar	15.702	16.655
2.02.02.02.06	Contas a pagar com Operações de Derivativos	6.416	0
2.02.03	Tributos Diferidos	101.093	91.726
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	101.093	91.726
2.02.04	Provisões	15.760	1.845
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	6.047	1.242

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2013</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2012</b>
2.02.04.01.05	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	6.047	1.242
2.02.04.02	Outras Provisões	9.713	603
2.02.04.02.04	Provisão de manutenção	9.713	603
2.03	Patrimônio Líquido	1.092.550	604.366
2.03.01	Capital Social Realizado	246.750	246.750
2.03.04	Reservas de Lucros	357.616	357.616
2.03.04.01	Reserva Legal	49.350	49.350
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	308.266	308.266
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	488.184	0

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	573.784	1.456.703	454.120	1.205.905
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-232.782	-566.428	-162.476	-396.454
3.02.01	Custo de construção	-115.057	-193.671	-37.079	-55.602
3.02.02	Provisão de manutenção	-6.124	-22.287	-13.602	-19.536
3.02.03	Depreciação e amortização	-27.525	-75.140	-23.279	-65.817
3.02.04	Custo da outorga	-44.681	-142.455	-49.599	-142.930
3.02.05	Serviços	-17.703	-60.101	-14.424	-38.071
3.02.06	Custo com pessoal	-15.245	-44.727	-13.808	-42.117
3.02.07	Materiais, equipamentos e veículos	-3.367	-10.412	-3.469	-10.674
3.02.08	Outros	-3.080	-17.635	-7.216	-21.707
3.03	Resultado Bruto	341.002	890.275	291.644	809.451
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-25.854	-70.879	-24.501	-68.324
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-25.849	-71.311	-23.936	-66.019
3.04.02.01	Serviços	-11.429	-35.464	-15.241	-39.074
3.04.02.02	Depreciação e amortização	-844	-2.173	-694	-1.021
3.04.02.03	Despesas com pessoal	-5.525	-14.306	-4.218	-12.721
3.04.02.04	Materiais, equipamentos e veículos	-409	-2.107	-397	-1.270
3.04.02.05	Outros	-7.642	-17.261	-3.386	-11.933
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	14	1.152	171	1.599
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-19	-720	-736	-3.904
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	315.148	819.396	267.143	741.127
3.06	Resultado Financeiro	-20.250	-81.778	-36.266	-120.862
3.06.01	Receitas Financeiras	13.742	21.538	3.414	11.111
3.06.02	Despesas Financeiras	-33.992	-103.316	-39.680	-131.973
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	294.898	737.618	230.877	620.265
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-99.893	-249.434	-78.261	-210.794
3.08.01	Corrente	-93.625	-240.067	-76.521	-197.362
3.08.02	Diferido	-6.268	-9.367	-1.740	-13.432

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012</b>
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	195.005	488.184	152.616	409.471
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	195.005	488.184	152.616	409.471
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação	1,11431	2,78962	0,87209	2,33983
3.99.01.01	ON				
3.99.02	Lucro Diluído por Ação	1,11431	2,78962	0,87209	2,33983
3.99.02.01	ON				

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	195.005	488.184	152.616	409.471
4.03	Resultado Abrangente do Período	195.005	488.184	152.616	409.471



**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	590.728	506.338
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	693.642	642.299
6.01.01.01	Lucro líquido do período	488.184	409.471
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.367	13.432
6.01.01.03	Apropriação de despesas antecipadas	3.545	3.546
6.01.01.04	Depreciação e amortização	77.313	66.838
6.01.01.05	Resultado na baixa do ativo imobilizado	720	3.360
6.01.01.06	Resultado na baixa do ativo intangível	0	543
6.01.01.07	Variações monetárias s/ empréstimos, financiamentos e debêntures	7.791	7.260
6.01.01.08	Juros sobre impostos parcelados	16.329	22.414
6.01.01.09	Juros s/ debêntures, empréstimos, financiamentos, nota promissória e arrendamento mercantil	78.293	100.433
6.01.01.11	Constituição (reversão) da provisão para devedores duvidosos	-58	392
6.01.01.12	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	4.805	827
6.01.01.13	Constituição (reversão) da provisão de manutenção	22.287	19.536
6.01.01.14	Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	634	3.531
6.01.01.15	Capitalização de custos dos empréstimos	-10.808	-9.284
6.01.01.16	Resultado de operações com derivativos	-4.760	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-102.914	-135.961
6.01.02.01	Contas a receber	1.154	-2.199
6.01.02.02	Partes relacionadas	-20.926	-19.075
6.01.02.03	Impostos a recuperar	1.255	554
6.01.02.04	Despesas antecipadas	2.234	1.238
6.01.02.05	Despesas antecipadas outorga fixa	-90.735	-84.808
6.01.02.06	Outras contas a receber	-522	-3.112
6.01.02.07	Fornecedores	27.747	1.333
6.01.02.08	Partes relacionadas	14.416	10.258
6.01.02.09	Obrigações sociais e trabalhistas	1.306	3.556
6.01.02.10	Impostos e contribuições a recolher e parcelados IR e CS	214.280	167.259
6.01.02.12	Obrigações com o poder concedente	-1.833	-322
6.01.02.13	Realização da provisão de manutenção	-21.254	-74.438
6.01.02.14	Outras contas a pagar	-3.021	-1.234
6.01.02.15	Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	-227.015	-134.971
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-208.807	-91.764
6.02.01	Aquisição de ativo imobilizado	-13.653	-36.360
6.02.02	Aquisição de ativo intangível	-195.154	-55.404
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-230.483	-457.312
6.03.01	Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil - capitações	-66	0
6.03.02	Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil - pagamentos de principal	-140.363	-262.838
6.03.03	Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil - pagamentos de juros	-90.054	-42.224
6.03.07	Dividendos pagos	0	-152.250

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012</b>
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	151.438	-42.738
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	40.900	129.980
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	192.338	87.242

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013****(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	246.750	0	357.616	0	0	604.366
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	246.750	0	357.616	0	0	604.366
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	488.184	0	488.184
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	488.184	0	488.184
5.07	Saldos Finais	246.750	0	357.616	488.184	0	1.092.550

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012****(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	246.750	0	203.251	0	0	450.001
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	246.750	0	203.251	0	0	450.001
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-152.250	0	0	-152.250
5.04.06	Dividendos	0	0	-152.250	0	0	-152.250
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	409.471	0	409.471
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	409.471	0	409.471
5.07	Saldos Finais	246.750	0	51.001	409.471	0	707.222

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012</b>
7.01	Receitas	1.561.549	1.301.037
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.543.787	1.283.625
7.01.02	Outras Receitas	17.762	17.412
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-356.794	-198.663
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-85.677	-68.683
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-55.159	-54.842
7.02.04	Outros	-215.958	-75.138
7.02.04.01	Custo de construção	-193.671	-55.602
7.02.04.02	Provisão de manutenção	-22.287	-19.536
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.204.755	1.102.374
7.04	Retenções	-77.313	-66.838
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-77.313	-66.838
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.127.442	1.035.536
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	21.538	11.126
7.06.02	Receitas Financeiras	21.538	11.126
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.148.980	1.046.662
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.148.980	1.046.662
7.08.01	Pessoal	52.460	48.326
7.08.01.01	Remuneração Direta	38.542	33.576
7.08.01.02	Benefícios	10.785	11.738
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.987	1.879
7.08.01.04	Outros	1.146	1.133
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	361.586	313.032
7.08.02.01	Federais	292.946	250.816
7.08.02.02	Estaduais	166	185
7.08.02.03	Municipais	68.474	62.031
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	246.750	275.833
7.08.03.01	Juros	102.937	131.618
7.08.03.02	Aluguéis	1.358	1.286
7.08.03.03	Outras	142.455	142.929
7.08.03.03.01	Direito de outorga	142.455	142.929
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	488.184	409.471
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	488.184	409.471

## Comentário do Desempenho

### 1. ANÁLISE DE DESEMPENHO OPERACIONAL DA AUTOBAN

#### Julho a Setembro/2013

As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com a Legislação Societária e as comparações são referentes ao 3T12.

#### 1.1 - Principais destaques

- A receita líquida operacional alcançou R\$ 458,7 milhões (+10,0%);
- O EBIT ajustado atingiu R\$ 322,5 milhões (+14,4%) e a margem EBIT ajustado 70,3% (+2,7 p.p);
- O EBITDA ajustado atingiu R\$ 350,8 milhões (+14,7%) e a margem EBITDA ajustado 76,5% (+3,1 p.p);
- O lucro líquido atingiu R\$ 195 milhões (+27,8%);

<b>Indicadores (R\$ MM)</b>	<b>3ºT13</b>	<b>3ºT12</b>	<b>Var.%</b>
Receita líquida operacional*	458,7	417,0	10,0%
EBIT (ajustado)	322,5	281,9	14,4%
<i>Margem EBIT (ajustado)</i>	70,3%	67,6%	2,7 p.p.
EBITDA (ajustado)	350,8	305,9	14,7%
<i>Margem EBITDA(ajustada)</i>	76,5%	73,4%	3,1 p.p.
Lucro líquido	195,0	152,6	27,8%

\*Receita líquida operacional é a soma da receita de pedágio, a receita acessória e as deduções da receita, não englobando as receitas de construção.

#### 1.2 - Volume de tráfego em comparação com igual período do ano anterior (Veq<sup>1</sup>)

<b>Em unid. (Veq<sup>1</sup>)</b>	<b>3ºT13</b>	<b>3ºT12*</b>	<b>Var.%</b>
Veículos equivalentes	73.497.902	66.700.995	10,2%
Veículos de passeio (Eq)	30.963.516	29.715.899	4,2%
Veículos comerciais (Eq)	42.534.386	36.985.096	15,0%

(Veq<sup>1</sup>) - Veículos equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.

\*No 3T12 foi acrescentado o montante de eixos adicionais.

## Comentário do Desempenho

### **Tráfego consolidado (+10,2%)**

Nosso tráfego consolidado apresentou um crescimento de 10,2% sobre o mesmo período de 2012.

### **Veículos de passeio (+4,2%)**

A categoria apresentou crescimento de 4,2% no 3T13 em comparação ao mesmo período do ano anterior.

O feriado do Dia da Independência, apresentou bom resultado para o período de 3 dias (sexta-feira dia 06 à domingo dia 08), com 144 mil veículos acima do esperado.

Alguns fatores econômicos influenciaram o desempenho da categoria, como o valor médio dos combustíveis como a gasolina e álcool, que seguem abaixo da inflação e estão estagnados desde fevereiro de 2013. O uso da rodovia como deslocamento para lazer nos finais de semana tem sido intensificado em comparação com o mesmo período do ano anterior.

### **Veículos comerciais (15,0%)**

A categoria apresentou crescimento de 15,0% no 3T13 em comparação ao mesmo período do ano anterior.

O fator mais relevante para este crescimento dos eixos comerciais foi o início da cobrança dos eixos suspensos, iniciada em julho/13.

A movimentação de cargas relacionadas ao agronegócio impulsiona o cenário econômico e favorece a categoria comercial principalmente no transporte de produtos como o açúcar, milho e a soja, os quais figuram como principais produtos do agronegócio transportados com destino ao porto de Santos.

Já a indústria mostra pequeno sinal de retomada das atividades setoriais, porem ainda com muita cautela diante do cenário econômico atual. A produção industrial e o índice de confiança do empresário industrial indicam expansão segundo a CNI, já o nível de emprego na indústria continua a registrar retração.

## **1.3 - Reajustes de tarifas de pedágio**

Conforme as notícias veiculadas pela imprensa, o Governo do Estado de São Paulo decidiu não repassar aos usuários das rodovias estaduais os reajustes das tarifas previstos para 1º de julho de 2013, conforme contratos de concessão em vigor. O Conselho Diretor da ARTESP deliberou, em 26 de junho de 2013, autorizar o reajuste das tarifas pela variação do IGPM (Fundação Getúlio Vargas) e definir várias medidas de compensação de seu impacto, pela: (i) utilização de 50% do valor de 3% previsto a título de ônus variável pago ao Estado para fins de fiscalização dos contratos; (ii) implementação da cobrança de tarifas relativas aos eixos suspensos dos caminhões que transitam nas rodovias estaduais; (iii) utilização parcial do ônus fixo devido ao Estado, caso necessário para complementar.

## Comentário do Desempenho

Para efetivar tais deliberações, foram adotadas, até o momento, as seguintes medidas: (i) o Secretário Estadual de Logística e Transportes editou a Resolução SLT nº 4, de 22 de julho de 2013, regulamentando a cobrança dos eixos suspensos; (ii) o Conselho Diretor da ARTESP autorizou, em 27 de julho de 2013, o não recolhimento, pelas Concessionárias, de 1,5% (equivalente a 50%) do ônus variável referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2013. Outras deliberações ainda deverão ser adotadas pelo Estado para garantir a compensação efetiva do não reajuste das tarifas.

### 1.4 - Análise do demonstrativo de resultado trimestral

#### Receita bruta operacional

<b>Receita bruta operacional (R\$ mil)</b>	<b>3ºT13</b>	<b>3ºT12</b>	<b>Var.%</b>
Receita de pedágio	490.497	445.511	10,1%
Receitas acessórias	6.430	6.195	3,8%
<b>Receita bruta operacional total</b>	<b>496.927</b>	<b>451.706</b>	<b>10,0%</b>

#### Receita de construção

<b>Receita bruta de construção (R\$ mil)</b>	<b>3ºT13</b>	<b>3ºT12</b>	<b>Var.%</b>
<b>Total</b>	<b>115.057</b>	<b>37.079</b>	<b>210,3%</b>

Conforme Interpretação Técnica ICPC 01, a Concessionária deverá reconhecer a receita e o custo de construção, de acordo com o CPC 17 – Contratos de Construção. Para a CCR AutoBAN, a receita e o custo de construção são iguais, não incorrendo lucro sobre este item.

O 3T13 apresentou um alto volume de investimentos principalmente devido a implantação de marginais, faixas adicionais na Rodovia Anhanguera e, principalmente, a implantação da 5ª faixa da Rodovia dos Bandeirantes.

#### Receita líquida operacional

A receita líquida operacional do 3T13 (conforme demonstrado no quadro 1.1) ficou 10,0% superior em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente pelo início da cobrança dos eixos suspensos, iniciada em julho/13.

As deduções sobre a receita operacional bruta, isto é, o recolhimento de PIS (Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), cujo percentual total é de 7,65% sobre a receita operacional bruta, aumentaram em 10,2% no 3T13, em relação ao 3T12, totalizando o valor de R\$ 38,2 milhões.



## Comentário do Desempenho

### Custos e despesas totais

Custos e despesas [R\$ mil]	3ºT13	3ºT12	Var.%
Custo de construção	115.057	37.079	210,3%
Provisão de manutenção	6.124	13.602	-55,0%
Depreciação e amortização	28.369	23.973	18,3%
Custo da outorga	44.681	49.599	-9,9%
Serviços de terceiros	29.132	29.665	-1,8%
Custo com pessoal	20.770	18.026	15,2%
Materiais, equipamentos e veículos	3.776	3.866	-2,3%
Outros	10.722	10.602	1,1%
<b>Custos e despesas totais</b>	<b>258.631</b>	<b>186.412</b>	<b>38,7%</b>

Os custos e a despesas totais da Concessionária aumentaram 38,7% no 3T13, alcançando o valor de R\$ 258,6 milhões. Este aumento pode ser observado com maior destaque no custo de construção da Companhia, uma vez que o alto volume de obras no 3T13 principalmente devido a implantação de marginais e faixas adicionais na Rodovia Anhanguera e da quinta faixa da Rodovia dos Bandeirantes.

**Custo de construção:** Os custos de construção sofreram um aumento de R\$ 78,0 milhões no 3T13 comparado ao 3T12. Esta alteração está associada às necessidades da Companhia e ao cronograma de investimentos pactuado com o Poder Concedente, descrito acima.

**Provisão de manutenção:** A variação corresponde ao início (ou encerramento) da provisão de projetos, dentro do escopo da provisão de manutenção e da variação da curva de benefício econômico, decorrente do volume de tráfego da rodovia. Neste 3T13 houve uma redução de 55%, em comparação com 3T12, pois em 2012 havia ocorrido um complemento no saldo de provisão para manutenções que estavam em andamento naquela época.

**Depreciação e amortização:** O aumento das despesas no 3T13, em comparação a 3T12 se deve ao início de depreciação/amortização dos investimentos incorridos pela Companhia entre o 3T12 e o 3T13.

**Custo da outorga:** Este grupo de custos é impactado pela outorga variável, bem como o reajuste da outorga fixa incorrido em julho de 2013.

Conforme citado no item 1.3, para efetivar deliberações que visam o reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro devido ao não repasse aos usuários do reajuste das tarifas previstos para 1º de julho de 2013, algumas medidas foram adotadas, e dentre elas o Conselho Diretor da ARTESP autorizou, em 27 de julho de 2013, o não recolhimento, pelas Concessionárias, de 1,5% (equivalente a 50%) do ônus variável referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2013.

**Custos com pessoal:** Os valores do 3T13 estão 15,2% superiores ao 3T12, principalmente em razão de apropriação de depósitos judiciais relativos a indenizações trabalhistas do 3T13 e de períodos anteriores.

## Comentário do Desempenho

### EBITDA

<b>Reconciliação EBITDA ajustado</b>	<b>3ºT13</b>	<b>3ºT12</b>	<b>Var.%</b>
Lucro líquido	195.005	152.616	27,8%
(+) IR/CS	99.893	78.261	27,6%
(+) Resultado financeiro líquido	20.250	36.266	-44,2%
(+) Depreciação e amortização	28.369	23.973	18,3%
<b>EBITDA (a)</b>	<b>343.517</b>	<b>291.116</b>	<b>18,0%</b>
Margem EBITDA (a)	59,9%	64,1%	-4,2p.p
(+) Despesas antecipadas (b)	1.182	1.182	-
(+) Provisão de Manutenção (c)	6.124	13.602	-55%
<b>EBITDA ajustado</b>	<b>350.823</b>	<b>305.900</b>	<b>14,7%</b>
<b>Margem EBITDA ajustada (d)</b>	<b>76,5%</b>	<b>73,4%</b>	<b>3,1p.p</b>

### EBIT

<b>Reconciliação EBIT ajustado</b>	<b>3ºT13</b>	<b>3ºT12</b>	<b>Var.%</b>
Lucro líquido	195.005	152.616	27,8%
(+) IR/CS	99.893	78.261	27,6%
(+) Resultado financeiro líquido	20.250	36.266	-44,2%
<b>EBIT (a)</b>	<b>315.148</b>	<b>267.143</b>	<b>18,0%</b>
Margem EBIT (a)	54,9%	58,8%	-3,9p.p
(+) Despesas antecipadas (b)	1.182	1.182	-
(+) Provisão de Manutenção (c)	6.124	13.602	-55%
<b>EBIT ajustado</b>	<b>322.454</b>	<b>281.927</b>	<b>14,4%</b>
<b>Margem EBIT ajustada (d)</b>	<b>70,3%</b>	<b>67,6%</b>	<b>2,7p.p</b>

(a) Cálculo efetuado segundo Instrução CVM527/2012.

(b) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão e é ajustada, pois trata-se de item não caixa das demonstrações financeiras.

(c) A provisão de manutenção refere-se à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica das rodovias, ajustada, pois trata-se de item não caixa das demonstrações financeiras.

(d) As margens EBIT e EBITDA ajustadas foram calculadas sobre a receita líquida, excluindo-se a receita de construção.

## Comentário do Desempenho

### Resultado financeiro líquido

<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>3ºT13</b>	<b>3ºT12</b>	<b>Var.%</b>
<b>Despesas financeiras</b>	<b>33.992</b>	<b>39.680</b>	<b>-14,3%</b>
Juros e variações monetárias	29.966	34.400	-12,9%
Juros sobre impostos parcelados	5.999	6.437	-6,8%
Valor justo de operações com derivativos	1.510	-	-
Outras despesas financeiras	-3.483	-1.157	201,1%
<b>Receitas financeiras</b>	<b>13.742</b>	<b>3.414</b>	<b>-302,5%</b>
Rendimento sobre aplicações financeiras	3.951	3.398	16,3%
Valor justo de dívida (Hedge Accounting)	7.913	-	-
Outras receitas financeiras	1.878	16	11637,5%
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>20.250</b>	<b>36.266</b>	<b>-44,2%</b>

O item de Despesas Financeiras no 3T13 está 14,3% inferior quando comparado ao 3T12, principalmente pela incidência no 3T12 de juros de uma dívida de curto prazo, que foi trocada por dívida de longo prazo em outubro/12, com percentual de indexador de juros menor que a praticada no 3T12.

Vale destacar também a diminuição de saldo devedor de impostos parcelados, o que diminui os juros indexados pela SELIC.

Em 28 de maio de 2013, a Companhia contratou operação de derivativo com objetivo de proteção da taxa de 2,71% sobre o IPCA (taxa de remuneração da dívida) para 88,95% do CDI. Essa operação, juntamente com o objeto do Hedge, foi registrada de acordo com a contabilidade de Hedge, o que gerou a variação nas linhas Valor justo de operações com derivativos (Despesa financeira) e Valor justo de dívida (Receita Financeira).

## 2. Investimentos

A Concessionária mantém em dia os compromissos contratuais de investimento das rodovias no Sistema Anhanguera Bandeirantes.

## 3. Fatos relevantes sobre o Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU)

<b>Total de acidentes [un]</b>	<b>3ºT13</b>	<b>3ºT12</b>	<b>Var.%</b>
Total de acidentes	1.756	1.798	-2,3%
Total de vítimas	1.074	1.091	-1,6%

A Diretoria.

## Notas Explicativas

### **Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A. (Companhia aberta)**

#### **Notas explicativas às informações trimestrais (ITR) findas em 30 de setembro de 2013**

Os saldos apresentados em Reais nestas ITR foram arredondados para milhar, exceto quando indicado de outra forma.

#### **1 Contexto operacional**

A Concessionária do Sistema Anhanguera Bandeirantes S.A. (“Companhia”) tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão até 1º de janeiro de 2027, a exploração do Sistema Rodoviário Anhanguera-Bandeirantes, composto pelas rodovias SP-330 e SP-348, entre São Paulo e Limeira, sendo responsável pela administração de 316,8 km, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo - DER/SP.

Neste período não ocorreram mudanças no contexto operacional em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012.

#### Outras informações relevantes

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. Entre o fim do último exercício e o período corrente, não ocorreram alterações substanciais no andamento dos processos divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012, exceto os divulgados abaixo:

(i) Ação civil pública de improbidade administrativa nº. 053.02.022800-0, movida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra a Companhia e outros, visando à declaração de nulidade da Concorrência 007/CIC/97 e do correspondente Contrato de Concessão. Os Requeridos apresentaram defesa prévia nos termos da Lei nº. 8.429/92. Em abril de 2011, o Juiz proferiu despacho rejeitando a defesa prévia da Companhia na qual se defendia, entre outros argumentos, que a Companhia foi incluída posteriormente no pólo passivo da ação, após ocorrida a prescrição do direito de ação, conforme inciso I do artigo 23 da Lei de Improbidade (até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança). A Companhia opôs embargos de declaração contra essa decisão, que não acolheu a defesa prévia, que foram rejeitados em 29 de junho de 2012. A Companhia interpôs agravo de instrumento, cujo provimento foi negado em 20 de fevereiro de 2013. Contra a referida decisão, foram interpostos recursos aos tribunais superiores, que aguardam juízo de admissibilidade. A Companhia ainda não foi citada para contestar a ação.

#### **(ii) Procedimento Administrativo**

Em fevereiro de 2012, foi recebida pela Companhia, solicitação da ARTESP para apresentação de respectiva defesa prévia em processo administrativo, referente ao Termo Aditivo Modificativo nº. 16/06, de 21 de dezembro de 2006. Apresentada manifestação, em 14 de dezembro de 2012 a Companhia foi novamente intimada a se pronunciar. Esse prazo está suspenso até que sejam fornecidos documentos necessários para a elaboração da manifestação da Companhia.

## Notas Explicativas

### (iii) Reajuste de tarifa de pedágio

Conforme as notícias veiculadas pela imprensa, o Governo do Estado de São Paulo decidiu não repassar aos usuários das rodovias estaduais os reajustes das tarifas previstos para 1º de julho de 2013, conforme contratos de concessão em vigor. O Conselho Diretor da ARTESP deliberou, em 26 de junho de 2013, autorizar o reajuste das tarifas pela variação do IGPM (Fundação Getúlio Vargas) e definir várias medidas de compensação de seu impacto, pela: (i) utilização de 50% do valor de 3% previsto a título de ônus variável pago ao Estado para fins de fiscalização dos contratos; (ii) implementação da cobrança de tarifas relativas aos eixos suspensos dos caminhões que transitam nas rodovias estaduais; (iii) utilização parcial do ônus fixo devido ao Estado, caso necessário para complementar. Para efetivar tais deliberações, foram adotadas, até o momento, as seguintes medidas: (i) o secretário estadual de logística e transportes editou a Resolução SLT nº. 4, de 22 de julho de 2013, regulamentando a cobrança dos eixos suspensos; (ii) o Conselho Diretor da ARTESP autorizou, em 27 de julho de 2013, o não recolhimento, pelas concessionárias, de 1,5% (equivalente a 50%) do ônus variável referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2013. Outras deliberações ainda deverão ser adotadas pelo Estado para garantir a compensação efetiva do não reajuste das tarifas.

Os acionistas controladores e a administração das investidas reiteram a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão e mantêm a expectativa de um desfecho favorável para todos os casos.

As demonstrações financeiras da Companhia não contemplam ajustes decorrentes destes processos, tendo em vista que até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável para nenhum deles.

## 2 Apresentação das Informações Trimestrais (ITR)

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas definidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e especificamente o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias, e aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais.

Estas informações trimestrais devem ser lidas conjuntamente com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

As informações financeiras contidas nas informações trimestrais foram aprovadas pela Administração da Companhia em 25 de outubro de 2013.

### Reclassificação

Para melhor apresentação das receitas e despesas financeiras, na demonstração do resultado referente ao período findo em 30 de setembro de 2012, foi reclassificado o montante de R\$ 12.708 da linha de juros e outras receitas financeiras para a linha de taxas, comissões e outras despesas financeiras contida no grupo de resultado financeiro.

## Notas Explicativas

### 3 Principais práticas contábeis

Neste período, exceto pela inclusão de menção sobre contabilidade de *hedge*, não ocorreram mudanças nas principais práticas contábeis e, portanto, mantêm-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

#### Contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*)

A Companhia designa certos instrumentos de “*hedge*” relacionados a risco com moeda estrangeira e juros, como “*hedge*” de valor justo ou “*hedge*” de fluxo de caixa.

No início da relação de “*hedge*”, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de “*hedge*” e o item objeto de “*hedge*” com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de “*hedge*”. Adicionalmente, no início do “*hedge*” e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de “*hedge*” usado em uma relação de “*hedge*” é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de “*hedge*”, atribuível ao risco sujeito a “*hedge*”.

A nota explicativa nº. 19 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de “*hedge*”.

Hedge de valor justo: *hedge* de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado.

Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como “*hedge*” de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de “*hedge*” atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do “*hedge*” é descontinuada prospectivamente quando a Companhia cancela a relação de “*hedge*”, o instrumento de “*hedge*” vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de “*hedge*”. O ajuste ao valor justo do item objeto de “*hedge*”, oriundo do risco de “*hedge*”, é registrado no resultado a partir dessa data.

Hedge de fluxo de caixa: *hedge* de exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que (i) seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido (tal como todos ou alguns dos futuros pagamentos de juros sobre uma dívida de taxa variável) ou a uma transação prevista altamente provável e que (ii) possa afetar o resultado.

A parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como “*hedge*” de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada na rubrica “Reserva de “*hedge*” de fluxo de caixa”. Os ganhos ou as perdas relacionados à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de “*hedge*” é reconhecido no resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido.

## Notas Explicativas

A contabilização de “*hedge*” é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de “*hedge*”, o instrumento de “*hedge*” vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de “*hedge*”. Quaisquer ganhos ou perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio naquela data, permanecem no patrimônio e são reconhecidos quando a transação prevista for finalmente reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio são reconhecidos imediatamente no resultado.

### 4 Determinação dos valores justos

Neste período não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos. Somente ocorreu a adoção de determinação de valor justo para operações com derivativos, devido à contratação de operação em 28 de maio de 2013 (vide maiores detalhes na nota explicativa n.º. 19).

#### Derivativos

A operação com instrumentos financeiros derivativos resumem-se a contrato de *swap* de taxa de juros, que visa à proteção contra riscos de taxas de juros.

O valor justo do contrato de derivativo é calculado projetando-se os fluxos de caixa futuros da operação, tomando como base cotações de mercado futuras obtidas de fonte pública (BM&FBovespa) adicionadas de cupom, para cada data de vencimento da operação, trazido, a valor presente por uma taxa livre de riscos na data de mensuração.

### 5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Caixas e bancos	2.951	7.575
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	<u>189.387</u>	<u>33.325</u>
	<u>192.338</u>	<u>40.900</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa de 99,68% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, equivalente a 8,69% ao ano (8,31% ao ano em 31 de dezembro de 2012).

### 6 Contas a receber

	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
<b>Circulante</b>		
Receitas acessórias	2.730	3.390
Pedágio eletrônico – outros	<u>4.419</u>	<u>4.913</u>
	7.149	8.303
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (a)	<u>(1.572)</u>	<u>(1.630)</u>
	<u>5.577</u>	<u>6.673</u>

## Notas Explicativas

### Idade de vencimentos dos títulos em aberto

	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Créditos a vencer	5.405	6.259
Créditos vencidos até 60 dias	111	302
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	61	111
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	81	81
Créditos vencidos há mais de 180 dias	<u>1.491</u>	<u>1.550</u>
	<u>7.149</u>	<u>8.303</u>

(a) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) – É constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias. A PCLD reflete o histórico de perda de cada negócio da Companhia.

## 7 Imposto de renda e contribuição social

### a. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>01/07/2013 a 30/09/2013</u>	<u>01/01/2013 a 30/09/2013</u>	<u>01/07/2012 a 30/09/2012</u>	<u>01/01/2012 a 30/09/2012</u>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	294.898	737.618	230.877	620.265
<b>Alíquota nominal</b>	34%	34%	34%	34%
<b>Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal</b>	(100.265)	(250.790)	(78.498)	(210.890)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes				
Despesas com brindes e associações de classe	(249)	(788)	(245)	(504)
Provisão para participação nos resultados	(213)	(257)	(216)	(198)
Despesas indedutíveis	(18)	(138)	(434)	(434)
Incentivos fiscais de dedução de imposto de renda	852	2.539	737	1.215
Outros ajustes tributários	-	-	395	17
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social</b>	<u>(99.893)</u>	<u>(249.434)</u>	<u>(78.261)</u>	<u>(210.794)</u>
Impostos correntes	(93.625)	(240.067)	(76.521)	(197.362)
Impostos diferidos	(6.268)	(9.367)	(1.740)	(13.432)
<b>Alíquota efetiva de impostos</b>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>



## Notas Explicativas

### b. Impostos diferidos

	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
<b>Bases ativas</b>		
Depreciação fiscal de gastos com obras registradas como provisão de manutenção (a)	84.531	90.184
Ganhos/Perdas nas operações de hedge	293	-
Constituição da provisão de manutenção (c)	3.303	2.736
Valor justo de operações de hedge	2.181	-
Provisão para contingências	2.056	423
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD)	1.213	554
Provisão para participação nos resultados (PLR)	797	766
Depreciação e juros sobre leasing	696	526
Custo da transação na emissão de títulos	391	285
Provisão para perda de investimentos	297	297
Ajuste valor presente contas a receber antecipado	162	-
Provisão para despesas com taxa de manutenção de TAG'S	-	472
Depreciação de obras lançadas no custo (b)	36.438	31.358
	<u>132.358</u>	<u>127.601</u>
<b>Bases passivas</b>		
Depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) (d)	(171.506)	(163.518)
Custo de empréstimos capitalizados (e)	(56.381)	(54.980)
Valor justo de operação de hedge	(4.092)	-
Pagamentos de juros e principal leasing	(1.085)	(829)
Ajuste valor presente receita antecipada	(387)	-
	<u>(233.451)</u>	<u>(219.327)</u>
<b>Passivo diferido líquido</b>	<u>(101.093)</u>	<u>(91.726)</u>

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final dos riscos e dos eventos.

- (a) Diferenças temporárias oriundas das depreciações fiscais de obras qualificadas como custo nas práticas contábeis – Lei nº. 11.638/07;
- (b) Constituição da provisão de manutenção, cuja realização ocorrerá nos termos do item “c” conforme práticas contábeis – Lei nº. 11.638/07;
- (c) Diferença temporária oriunda da depreciação fiscal de obras qualificadas no escopo da provisão de manutenção nas práticas contábeis – Lei nº. 11.638/07;
- (d) Depreciação de ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil): trata-se de impostos decorrentes da diferença temporária entre a depreciação fiscal e a amortização contábil de obras qualificadas como de melhorias nos termos das novas práticas contábeis;
- (e) Diferença temporária entre os custos de empréstimos mantidos no resultado fiscal e a despesa

**Notas Explicativas**

de depreciação e amortização oriunda dos custos de empréstimos capitalizados para fins contábeis, nos termos das práticas contábeis – Lei nº. 11.638/07.

**8 Pagamentos antecipados relacionados à concessão**

	<u>Início da Concessão (1)</u>					
	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>				
<b>Circulante</b>	<u>4.727</u>	<u>4.727</u>				
			<u>Extensão do prazo da concessão (2)</u>		<u>Total</u>	
	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
<b>Não Circulante</b>	<u>57.906</u>	<u>61.451</u>	<u>664.108</u>	<u>573.373</u>	<u>722.014</u>	<u>634.824</u>

(1) A companhia efetuou pagamentos antecipados no início da concessão ou pré pagamento ao Poder Concedente, relativos a outorga fixa da concessão ou a indenização de contratos sub-rogados, tais antecipações foram registradas como ativo e estão sendo apropriadas ao resultado durante o período de concessão.

(2) Para adequação do valor mensal dos custos com outorga fixa o qual o prazo de encerramento da concessão foi estendido (de abril de 2018 para dezembro de 2026) sem que houvesse alteração do prazo de pagamento da outorga fixa, parte do valor dos pagamentos está sendo ativada e será apropriada ao resultado no período de extensão da concessão.

## Notas Explicativas

### 9 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de setembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, assim como as transações que influenciaram os resultados dos períodos findos em 30 de setembro de 2013 e 2012, relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas podem ser assim demonstradas:

	01/01/2013 a 30/09/2013				
	Transações			Saldos	
	Serviços Prestados	Receitas	Intangível	Ativo	Passivo
				Contas a Receber	Fornecedores Contas a Pagar
<b>Controladora</b>					
CCR (a)	14.723	-	-	96	1.535
<b>Outras partes relacionadas</b>					
CPC (b)	25.593	-	-	141	2.730
Serveng Cívilsan (c)	-	-	30.381	-	15.628
CGMP (d)	-	-	-	116.959	-
Samm (e)	-	632	-	822	-
Total circulante, 30 de Setembro de 2013	40.316	632	-	118.018	19.893
Total não circulante, 30 de Setembro de 2013	-	-	30.381	-	32
Total, 30 de setembro de 2013	40.316	632	30.381	118.018	19.925
Total, 31 de Dezembro de 2012				97.092	5.509
Total, 30 de Setembro de 2012	42.821	996	314		

	01/07/2013 a 30/09/2013	
	Transações	
	Serviços Prestados	Receitas
<b>Controladora</b>		
CCR S.A	4.908	-
<b>Outras partes relacionadas</b>		
CPC (b)	8.709	-
Samm (e)	-	211
Total, 01 de julho de 2013 a 30 de setembro de 2013	13.617	211
Total, 01 de julho de 2012 a 30 de setembro de 2012	42.821	-

#### Saldos a pagar aos profissionais chave da administração:

	30/09/2013	31/12/2012
Remuneração dos administradores (f)	659	3.472

## Notas Explicativas

Na AGO realizada em 18 de abril de 2013, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da administração e diretoria da Companhia de até R\$ 3.100, a qual não inclui os encargos sociais.

### Despesas com profissionais chave da administração:

	<u>01/07/2013 a</u> <u>30/09/2013</u>	<u>01/01/2013 a</u> <u>30/09/2013</u>	<u>01/07/2012 a</u> <u>30/09/2012</u>	<u>01/01/2012 a</u> <u>30/09/2012</u>
Remuneração:				
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	234	1.024	344	954
Outros benefícios:				
Provisão de participação no resultado	843	1.160	1.444	2.716
Previdência privada	29	126	39	115
Seguro de vida	1	4	1	4
	<u>1.107</u>	<u>2.314</u>	<u>1.828</u>	<u>3.789</u>

- a) Prestador exclusivo de serviços de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos ao Grupo CCR, cujos valores serão liquidados no mês subsequente;
- b) Prestador exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção ao Grupo CCR, cujos valores serão liquidados no mês subsequente;
- c) Refere-se a contrato de prestação de serviços de obras para manutenção e conservação da Rodovia, cujos valores serão liquidados no mês subsequente;
- d) Referem-se às receitas de pedágio eletrônico cobradas de usuários do Sistema Sem Parar, os quais serão repassados à Companhia no mês subsequente;
- e) Contrato para entrega futura de fibra óptica;
- f) Contempla valor total à pagar referente à remuneração fixa e variável atribuível aos membros da Administração: Conselho de Administração (somente remuneração fixa) e Diretoria.

## 10 Ativo imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	30/09/2013			31/12/2012		
		<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Líquido</u>	<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Líquido</u>
Móveis e utensílios	11	4.637	(2.403)	2.234	4.412	(2.265)	2.147
Máquinas e equipamentos	15	34.444	(17.969)	16.475	28.019	(16.110)	11.909
Veículos	20	17.870	(11.215)	6.655	17.455	(10.810)	6.645
Sistemas operacionais	13	157.567	(72.709)	84.858	115.922	(64.668)	51.254
Imobilizações em andamento		15.310	-	15.310	56.524	-	56.524
		<u>229.828</u>	<u>(104.296)</u>	<u>125.532</u>	<u>222.332</u>	<u>(93.853)</u>	<u>128.479</u>

As taxas de depreciação das classes de bens do ativo imobilizado estão condizentes com a vida útil estimada dos bens. Caso a vida útil ultrapasse o prazo da concessão, as taxas de depreciação consideram este prazo limite.

**Notas Explicativas****Movimentação do custo**

	31/12/2012		30/09/2013		
	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo Final
Móveis e utensílios	4.412	228	(111)	108	4.637
Máquinas e equipamentos	28.019	328	(280)	6.377	34.444
Veículos	17.455	-	(819)	1.234	17.870
Sistemas operacionais	115.922	1	(4.233)	45.877	157.567
Imobilizações em andamento	56.524	14.686	-	(55.900)	15.310
	<u>222.332</u>	<u>15.243</u>	<u>(5.443)</u>	<u>(2.304)</u>	<u>229.828</u>
	31/12/2011	30/09/2012			
Movimento em 2012	<u>177.448</u>	<u>41.899</u>	<u>(10.910)</u>	<u>(2.241)</u>	<u>206.196</u>

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o ativo intangível.

**Movimentação da depreciação**

	31/12/2012		30/09/2013		
	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo Final
Móveis e utensílios	(2.265)	(232)	94	-	(2.403)
Máquinas e equipamentos	(16.110)	(2.048)	189	-	(17.969)
Veículos	(10.810)	(1.107)	702	-	(11.215)
Sistemas operacionais	(64.668)	(11.779)	3.738	-	(72.709)
	<u>(93.853)</u>	<u>(15.166)</u>	<u>4.723</u>	<u>-</u>	<u>(104.296)</u>
	31/12/2011	30/09/2012			
Movimento em 2012	<u>(87.373)</u>	<u>(10.685)</u>	<u>7.550</u>	<u>3</u>	<u>(90.505)</u>

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o ativo intangível.

O imobilizado em andamento refere-se, substancialmente, a equipamentos e sistemas em fase de instalação.

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 1.590 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 (R\$ 2.539 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012).



## Notas Explicativas

### Movimentação da amortização

	31/12/2012		30/09/2013		
	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo Final
Direito de exploração da infraestrutura	(522.148)	(61.031)	-	-	(583.179)
Custo de desenvolvimento de sistemas informatizados	(2.360)	(485)	-	-	(2.845)
Direito de uso de sistemas informatizados	(3.666)	(631)	-	-	(4.297)
	<u>(528.174)</u>	<u>(62.147)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(590.321)</u>
	31/12/2011		30/09/2012		
Movimento em 2012	<u>(451.537)</u>	<u>(56.153)</u>	<u>211</u>	<u>(3)</u>	<u>(507.482)</u>

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o ativo intangível.

## 12 Financiamentos e arrendamento mercantil

Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar em 30/09/2013	Vencimento final	30/09/2013	31/12/2012
<b>Em moeda nacional</b>							
Alfa S.A. (Arrend. Mercantil)	CDI + 1,5% a.a.	N/I	-	-	Outubro de 2013	1	503 (c)
Alfa S.A. (Finame)	5,50% a.a.	N/I	-	-	Julho de 2017	225	265 (c)
Banco Bradesco S/A (Finame)	7,00% a.a.	N/I	-	-	Outubro de 2014	128	271 (c)
BNDES - FINEM III	TJLP + 2,12% a.a.	0,0530% (a)	535	109	Fevereiro de 2017	62.748	172.005 (b)
BNDES - FINEM III	TJLP + 2,12% a.a.	N/I	-	-	Fevereiro de 2017	78.293	- (b)
BNDES - FINEM IV	TJLP + 2,12% a.a.	N/I	-	-	Fevereiro de 2017	13.310	16.234 (c)
Bradesco S.A. (Arrend. Mercantil)	1,14% a.m.	N/I	-	-	Novembro de 2014	288	484 (c)
Itaú Leasing S.A. (Arrend. Mercantil)	1,2321% a.m.	N/I	-	-	Mai de 2014	18	36 (c)
<b>Subtotal em moeda nacional</b>				<b>109</b>		<b>155.011</b>	<b>189.798</b>
						<b>30/06/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
<b>Circulante</b>							
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis financeiros						45.937	46.644
Custos de transação						(54)	(73)
						<u>45.883</u>	<u>46.571</u>
<b>Não Circulante</b>							
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis financeiros						109.183	143.316
Custos de transação						(55)	(89)
						<u>109.128</u>	<u>143.227</u>

N/I – Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Seu método de cálculo está de acordo com o pronunciamento contábil CPC 08. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada.

## Notas Explicativas

### Garantias:

- (b) Fiança bancária
- (c) Bens financiados

### **Cronograma de desembolsos (não circulante)**

	<u>30/09/2013</u>
2014	11.344
2015	45.145
2016	45.145
2017	<u>7.549</u>
Total	<u><u>109.183</u></u>

As condições, garantias e restrições pactuadas e divulgadas em 31 de dezembro de 2012 não foram alteradas e vêm sendo cumpridas regularmente.

Neste período não houve a contratação de novas operações ou liquidações antecipadas de operações anteriormente divulgadas.

## 13 Debêntures

<u>Instituições financeiras</u>	<u>Taxas contratuais</u>	<u>Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)</u>	<u>Custos de transação incorridos</u>	<u>Saldos dos custos a apropriar em 30/09/2013</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
1a Emissão - Série 1	IGPM + 10,65% a.a.	0,1630% (a)	877	15	Abril de 2014	26.985	53.304 (d)
1a Emissão - Série 2	IGPM + 10,65% a.a.	0,1630% (a)	877		Outubro de 2013	-	30.306 (d)
4a Emissão - Série 1	109,00% do CDI	0,1080% (b)	4.151	3.663	Setembro de 2017	964.837	974.667 (e)
4a Emissão - Série 2 (c)	IPCA + 2,71% a.a.	0,0870% (b)	1.100	541	Outubro de 2017	131.597	136.409 (e)
Cetip (Notas promissórias)	104,5% do CDI	0,0073% (a)	-	-	Maio de 2013	-	50.382 (e)
<b>Total geral</b>				<b>4.219</b>		<b><u>1.123.419</u></b>	<b><u>1.245.068</u></b>
						<b><u>30/06/2013</u></b>	<b><u>31/12/2012</u></b>
<b>Circulante</b>							
Debêntures e notas promissórias						32.292	123.757
Custos de transação						<u>(1.320)</u>	<u>(1.276)</u>
						<b><u>30.972</u></b>	<b><u>122.481</u></b>
<b>Não Circulante</b>							
Debêntures						1.095.346	1.126.570
Custos de transação						<u>(2.899)</u>	<u>(3.983)</u>
						<b><u>1.092.447</u></b>	<b><u>1.122.587</u></b>

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se à Taxa Interna de Retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.



## Notas Explicativas

- (b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de Certificados de Depósitos Interbancários - CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.
- (c) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* (*hedge* de valor justo). Para maiores detalhes vide nota explicativa nº.19.

### **Garantias:**

- (d) Penhor de 55% das ações da Companhia e das contas bancárias e cessão da indenização e dos recebíveis.
- (e) Não existem garantias.

### **Cronograma de desembolsos (não circulante)**

	<u>30/09/2013</u>
2015	120.625
2016	482.500
2017	<u>492.221</u>
Total	<u><u>1.095.346</u></u>

As condições, garantias e restrições pactuadas e divulgadas em 31 de dezembro de 2012 não foram alteradas e vêm sendo cumpridas regularmente.

Em 28 de maio de 2013, foi contratado uma operação de *swap*, onde houve a troca do indexador IPCA + 2,71% a.a, para todos os vencimentos de juros e principal referente à 4ª Emissão de Debêntures da 2ª Série, por percentual de 88,95% CDI. Neste contrato não existem cláusulas de repactuação.

Em 30 de setembro de 2013, a companhia liquidou a 2ª série da 1ª emissão de debêntures pelo montante de R\$ 33.486.

**Notas Explicativas****14 Obrigações fiscais****a. Obrigações fiscais federais, estaduais e municipais – a recolher**

	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
IRPJ e CSLL	110.577	100.394
ISS	9.625	8.090
COFINS	5.013	4.373
PIS	1.087	948
INSS Retido	1.824	1.024
PIS, COFINS e CSLL Retidos	513	519
IRRF	158	170
Outros (IPTU, CIDE e IOF)	-	3
	<u>128.797</u>	<u>115.521</u>

**b. Impostos parcelados**

	<u>31/12/2012</u>	<u>30/09/2013</u>			
	<u>Saldo Inicial</u>	<u>Atualizações</u>	<u>Realização</u>	<u>Transferências</u>	<u>Total</u>
Circulante	36.650	1.422	(26.011)	26.011	38.072
Não circulante	364.820	14.907	-	(26.011)	353.716
Total	<u>401.470</u>	<u>16.329</u>	<u>(26.011)</u>	<u>-</u>	<u>391.788</u>

	<u>31/12/2011</u>	<u>30/09/2012</u>			
	<u>Saldo Inicial</u>	<u>Atualizações</u>	<u>Realização</u>	<u>Transferências</u>	<u>Total</u>
Circulante	34.365	1.840	(26.760)	26.760	36.205
Não circulante	374.562	20.574	-	(26.760)	368.376
Total	<u>408.927</u>	<u>22.414</u>	<u>(26.760)</u>	<u>-</u>	<u>404.581</u>

Os impostos parcelados através da Lei nº. 11.941/09 foram homologados pela Receita Federal do Brasil em junho de 2011, para pagamento em até 180 parcelas, mensais, iguais e consecutivas, atualizadas mensalmente com base na taxa Selic.

Com relação aos parcelamentos em aberto, não há:

- Parcelamentos sujeitos à liquidação com base na receita bruta e tampouco houve a amortização no período de parcelamentos sujeitos à liquidação com base neste critério.
- Utilização de créditos fiscais ou prejuízos fiscais para a compensação dos pagamentos dos parcelamentos.
- Bens arrolados ou outras garantias sobre os parcelamentos vinculados à Lei nº. 11.941/09.
- Nenhum risco associado e perda do regime especial de pagamento.

## Notas Explicativas

Durante o período de pagamento dos parcelamentos existe a obrigatoriedade de pagamento dos impostos da Companhia.

### 15 Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A Administração, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro a seguir, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos; (ii) análise das demandas judiciais pendentes; e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	<u>31/12/2012</u>	<u>30/09/2013</u>		
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Saldo final
<b>Não circulante</b>				
Cíveis (a)	854	708	(1.110)	452
Trabalhistas e previdenciários (b)	388	1.456	(774)	1.070
Tributários (c)	-	4.525	-	4.525
	<u>1.242</u>	<u>6.689</u>	<u>(1.884)</u>	<u>6.047</u>
	<u>31/12/2011</u>	<u>30/09/2012</u>		
Movimento em 2012	<u>625</u>	<u>827</u>	<u>-</u>	<u>1.452</u>

A Companhia possui outros processos passivos relativos a questões cíveis, trabalhistas e tributárias avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados a seguir, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tem em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Cíveis e administrativo (a)	6.343	3.691
Trabalhistas e previdenciários (b)	8.951	8.336
Tributários (d)	7.171	27.117
	<u>22.465</u>	<u>39.144</u>

(a) Substancialmente indenização de usuários da rodovia.

(b) Substancialmente acidente de trabalho e indenizações.

(c) ISS de pedágio que anteriormente estava com prognóstico de perda possível.

(d) Substancialmente execução de ISS.

Além de efetuar depósitos judiciais, a Companhia contratou fianças bancárias no montante de R\$ 110.909 para os processos em andamento.

**Notas Explicativas****16 Provisão de manutenção**

	31/12/2012		30/09/2013			
	Saldo Inicial	Constituição de provisão a valor presente	Ajuste a valor presente	Realização	Transferências	Saldo final
Circulante	7.443	9.529	343	(21.254)	3.939	-
Não circulante	603	12.758	291	-	(3.939)	9.713
<b>Total</b>	<b>8.046</b>	<b>22.287</b>	<b>634</b>	<b>(21.254)</b>	<b>-</b>	<b>9.713</b>
	31/12/2011		30/09/2012			
Movimento em 2012	59.966	19.536	3.531	(74.438)	-	8.595

As taxas para cálculo do ajuste a valor presente para os projetos com início de provisão até 2009, 2010, 2011 e 2012 são de 14,75% a.a., 12,34% a.a., 12,62% a.a. e 8,20% a.a., respectivamente. As mesmas são equivalentes às taxas de mercado para os períodos a que se referem.

**17 Receitas**

	01/07/2013 a 30/09/2013	01/01/2013 a 30/09/2013	01/07/2012 a 30/09/2012	01/01/2012 a 30/09/2012
Receitas de pedágio	490.497	1.350.116	445.511	1.228.023
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	115.057	193.671	37.079	55.602
Receitas acessórias	6.430	17.762	6.195	17.412
<b>Receita bruta</b>	<b>611.984</b>	<b>1.561.549</b>	<b>488.785</b>	<b>1.301.037</b>
Impostos sobre receitas	(38.200)	(104.904)	(34.665)	(95.132)
Devoluções e abatimentos	-	58	-	-
<b>Deduções das receitas brutas</b>	<b>(38.200)</b>	<b>(104.846)</b>	<b>(34.665)</b>	<b>(95.132)</b>
<b>Receita líquida</b>	<b>573.784</b>	<b>1.456.703</b>	<b>454.120</b>	<b>1.205.905</b>

## Notas Explicativas

### 18 Resultado financeiro

	01/07/2013 a 30/09/2013	01/01/2013 a 30/09/2013	01/07/2012 a 30/09/2012	01/01/2012 a 30/09/2012
<b>Despesas Financeiras</b>				
Juros sobre financiamentos, debêntures, notas promissórias e arrendamentos mercantis	(28.097)	(78.293)	(30.456)	(100.495)
Juros sobre impostos parcelados	(5.999)	(16.329)	(6.437)	(22.414)
Variação monetária sobre debêntures	(1.869)	(7.920)	(3.944)	(7.332)
Perda com operações de derivativos ( <i>Hedge accounting</i> )	(1.510)	(7.277)	-	-
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(524)	(3.671)	(517)	(3.874)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(255)	(634)	(387)	(3.531)
Capitalização de custos dos financiamentos	4.250	10.808	2.061	5.673
Juros e multas sobre obrigações fiscais e sociais	12	-	-	-
	<u>(33.992)</u>	<u>(103.316)</u>	<u>(39.680)</u>	<u>(131.973)</u>
<b>Receitas Financeiras</b>				
Ganho com operações de derivativos ( <i>Hedge accounting</i> )	(24)	-	-	-
Descontos obtidos	(10)	-	(4)	-
Variação monetária sobre debêntures	129	129	-	72
Juros e outras receitas financeiras	1.783	1.880	20	161
Rendimento sobre aplicações financeiras	3.951	7.492	3.398	10.878
Valor justo sobre debêntures ( <i>Hedge accounting</i> )	7.913	12.037	-	-
	<u>13.742</u>	<u>21.538</u>	<u>3.414</u>	<u>11.111</u>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<u>(20.250)</u>	<u>(81.778)</u>	<u>(36.266)</u>	<u>(120.862)</u>

### 19 Instrumentos financeiros

A política de contratação de instrumentos financeiros, os métodos e as premissas adotados na determinação dos valores justos, bem como os critérios de seus registros e classificações hierárquicas são os mesmos divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas informações trimestrais da Companhia, conforme o quadro a seguir:

	30/09/2013			31/12/2012		
	Valor justo através do resultado	Empréstimos e Receíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado (a)	Valor justo através do resultado	Empréstimos e Receíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado (a)
<b>Ativos</b>						
Aplicações financeiras	189.387	-	-	33.325	-	-
Contas a receber	-	5.577	-	-	6.673	-
Contas a receber de clientes - partes relacionadas	-	118.018	-	-	97.092	-
Contas a receber com operações de derivativos	-	-	-	-	-	-
<b>Passivos</b>						
Arrendamento mercantil financeiro	-	-	(307)	-	-	(1.023)
Financiamentos em moeda nacional	-	-	(154.704)	-	-	(188.775)
Debêntures e notas promissórias	(131.597)	-	(991.822)	-	-	(1.245.068)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(70.649)	-	-	(45.923)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(19.925)	-	-	(5.509)
Contas a pagar com operações de derivativos	-	-	(7.277)	-	-	-
	<u>57.790</u>	<u>123.595</u>	<u>(1.244.684)</u>	<u>33.325</u>	<u>103.765</u>	<u>(1.486.298)</u>

#### (a) Valores líquidos dos custos de transação

Neste período não ocorreram mudanças nos métodos e premissas adotados na determinação do valor justo em relação aos divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012.

## Notas Explicativas

Caso a Companhia adotasse o critério de reconhecer os passivos de notas promissórias e debêntures pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	30/09/2013		31/12/2012	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures e notas promissórias (*)	1.115.601	1.153.933	1.250.327	1.279.080

(\*) Valores brutos do custo de transação

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM&FBovespa e Bloomberg), acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI – média de 9,27%).

### Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	30/09/2013	31/12/2012
Aplicações financeiras e conta reserva	189.387	33.325
Debêntures	(131.597)	-
Derivativos	(7.277)	-
	<u>50.513</u>	<u>33.325</u>

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

### Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia contratou *swap* para troca de taxa pré de 2,1% a.a adicional à variação do IPCA, por 88,95% do CDI. Essa operação, assim como a dívida (objeto do *hedge*) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de *hedge* (*hedge* de valor justo).

## Notas Explicativas

	Contraparte	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (Valores de referência)	Valores de referência (Nacional) (1)		Valor justo		Efeito acumulado		Resultado	
					Moeda local		Moeda local		Valores a pagar/(pagos)		Ganho/(Perda)	
					30/09/13	31/12/12	30/09/13	31/12/12	30/09/13	31/12/12	30/09/13	30/09/12
<b>SIVAP</b>												
<b>AutoBAn</b>												
Posição ativa	Merry/ Linch	28/05/2013	16/10/2017	IPCA + 2,71%	141.170	-	131.681	-	7.277	-	(7.277)	-
Posição passiva				88,95% do CDI	-	-	(138.958)	-	-	-	-	-
<b>TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO EM 30/09/2013</b>					141.170	-	(7.277)	-	7.277	-	(7.277)	-

## Notas Explicativas

(1) O contrato possui vencimentos semestrais em abril e outubro de cada ano até o vencimento final.

### Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção

	<u>30/09/2013</u>	<u>30/09/2012</u>
Riscos de juros	<u>(7.277)</u>	<u>-</u>

### Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº. 475 apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade referentes aos juros e variações monetárias.

Nas análises de sensibilidade não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

### Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 30 de junho de 2014 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ <sup>(5)</sup>	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
<b>Passivos Financeiros</b>						
Debêntures	Aumento do IGP-M	Abril de 2014	27.000	(3.271)	(3.416)	(3.560)
Debêntures	Aumento do IPC-A	Outubro de 2017	132.138	(12.870)	(14.537)	(16.663)
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Outubro de 2017	(144.177)	12.870	14.537	16.663
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2017	144.651	(11.155)	(13.928)	(16.695)
Debêntures	Aumento do CDI	Setembro de 2017	968.500	(92.298)	(115.478)	(138.699)
Total do efeito de ganho ou (perda)				<u>(106.724)</u>	<u>(132.822)</u>	<u>(158.954)</u>
<b>As taxas de juros consideradas foram<sup>(1)</sup>:</b>						
	CDI <sup>(2)</sup>			8,71%	10,89%	13,07%
	IGP-M <sup>(3)</sup>			4,40%	5,50%	6,59%
	IPC-A <sup>(4)</sup>			5,74%	7,18%	8,61%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo.

Nos itens (2) a (4) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

(2) Refere-se a taxa de 30/09/2013, divulgada pela CETIP.

(3) Refere-se a variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pela Anbima.



## Notas Explicativas

(4) Refere-se a variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo Banco Central do Brasil.

(5) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 30/09/2013 quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

### 20 Cobertura de seguros

Em 30 de setembro de 2013, as coberturas proporcionadas pelas apólices de seguros da Companhia estão resumidas conforme a seguir:

- Riscos de Engenharia – Ampliação e melhoramentos, cobertura por obra – R\$ 92.295;
- Risco de Engenharia – Conservação e manutenção – R\$ 25.000;
- Riscos Patrimoniais / Operacionais – R\$ 73.100;
- Responsabilidade Civil – R\$ 91.400;
- Perda de receita – R\$ 156.871.

Além disso, a Companhia possui um seguro garantia de R\$ 374.652, cobrindo riscos relativos às obrigações previstas no contrato de concessão, tendo como beneficiário o Poder Concedente.

Veículos: Cobertura para danos materiais e pessoais de R\$ 85.500 (R\$ 500 por veículo), para danos morais de R\$ 14.373 (R\$ 84 por veículo), para equipamentos R\$ 2.800 (R\$ 100 por veículo) e para acessórios R\$ 56 (R\$ 2 por veículo).

### 21 Compromissos vinculados ao contrato de concessão

#### a) Decorrente do direito de outorga fixa

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, assumido no processo de licitação, determinado com base no valor fixo a ser pago ao Poder Concedente, em parcelas iguais mensais até 2018, corrigidas pela variação do IGP-M, em julho de cada ano.

	Valor nominal		Valor presente	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Outorga fixa a pagar	1.246.670	1.366.390	1.114.844	1.200.636

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros de 5% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

Esses compromissos atualizados até 30 de setembro de 2013 estavam assim distribuídos:

## Notas Explicativas

	<b>Valor Nominal</b>	<b>Valor Presente</b>
2013	68.000	54.596
2014	272.001	225.167
2015	272.001	236.425
2016	272.001	248.246
2017	272.001	260.659
Após 2017	90.666	89.751
	<u>1.246.670</u>	<u>1.114.844</u>

No decorrer do período foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 173.078 referente ao direito de outorga fixa (R\$ 166.348 em 30 de setembro de 2012).

A Companhia está retendo 8,26% de cada uma das 86 (oitenta e seis) parcelas restantes do ônus fixo, período de março de 2011 e abril de 2018, autorizada pelo Termo Aditivo Modificativo n°. 24, de abril de 2011, como parte do reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da implantação de um conjunto de obras a serem realizadas.

### **b) Decorrente do direito de outorga variável**

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, correspondente a 3% da receita bruta efetivamente obtida mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. O compromisso, em 30 de setembro de 2013 era de R\$ 2.516 (R\$ 4.349 em 31 de dezembro de 2012).

### **c) Compromisso com o Poder Concedente**

A Companhia assumiu o compromisso de realizar novos investimentos, substancialmente representados por obras de ampliação, alargamento e recuperação das rodovias. Conforme orçamento de capital estabelecido entre a Companhia e o Poder Concedente. Em 30 de setembro de 2013, esses compromissos de investimentos estavam estimados em R\$ 976.392 (R\$ 1.148.884 em 31 de dezembro de 2012), a serem realizados até o final do prazo da concessão.

### **d) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS**

De acordo com o Termo Aditivo Modificativo n°. 16/06, a partir de maio de 2007 até o final da Concessão, a diferença de 2% para 3% referente à majoração da alíquota da COFINS sobre os fatos geradores ocorridos a partir de abril de 2007 e recolhida pela Companhia, será descontada mensalmente do direito de outorga fixo da Concessão, recompondo o equilíbrio-financeiro do contrato, uma vez que não foi considerada a incidência dessa contribuição nas projeções financeiras que serviram de base à adjudicação do objeto da licitação.

## Notas Explicativas

### 22 Plano de previdência privada (contribuição definida)

Os montantes reconhecidos como despesas no período findo em 30 de setembro de 2013 e 2012, relativo ao plano de previdência privada (contribuição definida) estão demonstrados abaixo:

	<u>30/09/2013</u>	<u>30/09/2012</u>
Plano de previdência privada (contribuição definida)	520	418

### 23 Lucro por ação básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que potencialmente poderiam diluir os resultados por ação.

(Em milhares, exceto lucro por ação)	01/07/2013 a 30/09/2013	01/01/2013 a 30/09/2013	01/07/2012 a 30/09/2012	01/01/2012 a 30/09/2012
<b>Numerador</b>				
Lucro líquido do período	195.005	488.184	152.616	409.471
<b>Denominador</b>				
Média ponderada de ações - básico e diluído (em milhares)	175.000	175.000	175.000	175.000
Lucro por ação - básico e diluído	<u>1,11431</u>	<u>2,78962</u>	<u>0,87209</u>	<u>2,33983</u>

### 24 Eventos subsequentes

#### Emissão de debêntures e contratação de derivativo

- Em 15 de outubro de 2013, realizou a 5ª emissão de debêntures, sendo emitidas 450.000 debêntures nominativas, escriturais, simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, enquadrada sob a lei nº. 12.431/2011, com valor nominal total de R\$ 450.000 na data da emissão.

As debêntures têm seu valor nominal atualizado pelo IPCA, sob o qual incidem juros remuneratórios de 4,88% ao ano.

O valor nominal das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Amortização: em uma única parcela na data de vencimento, em 15 de outubro de 2018.
- Juros: semestralmente, entre 15 de abril de 2014 e 15 de outubro de 2018.

As debêntures não poderão ser resgatadas ou amortizadas de maneira facultativa pela Emissora.

As debêntures poderão ter o vencimento antecipado declarado em caso de descumprimento de determinadas condições, conforme detalhado na escritura de emissão.

- A partir de 17 de outubro de 2013, passará a ter validade o derivativo (*swap*) contratado pela Companhia em 30 de setembro de 2013, com valor nocional de R\$ 450.000. Na operação, foi trocada a taxa de IPCA + 4,88 % ao ano, por 98% do CDI. O derivativo possui os mesmos prazos

## Notas Explicativas

da 5ª emissão de debêntures da Companhia e foi contratado com o intuito de proteção da taxa fixa de 4,88% ao ano, adicionada ao IPCA.

A operação (dívida e derivativo) foi designada como contabilidade de *hedge*.

## Notas Explicativas

### Composição do Conselho de Administração

Antônio Linhares da Cunha	Conselheiro
Arthur Piotto Filho	Conselheiro
Ítalo Roppa	Conselheiro
José Braz Cioffi	Conselheiro
Leonardo Couto Vianna	Conselheiro
Marcus Rodrigo de Senna	Conselheiro
Paulo Yukio Fukuzaki	Conselheiro
Renato Alves Vale	Conselheiro

### Composição da Diretoria

Maurício Soares Vasconcellos	Diretor Presidente e de Relações com Investidores
Roberto Siriani de Oliveira	Diretor Operacional

### Contador

Hélio Aurélio da Silva  
CRC 1SP129452-O3

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

### RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
Concessionária do Sistema Anhanguera Bandeirantes S.A.  
Jundiaí - SP

#### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária do Sistema Anhanguera Bandeirantes S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, para o trimestre e período de nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

#### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente)). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

#### Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

#### Outros assuntos

#### Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards – IFRS), que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias, tomadas em conjunto.

São Paulo, 25 de outubro de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU José Roberto P. Carneiro  
Auditores Independentes Contador  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 CRC nº 1 SP 109447/O-6

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### **DECLARAÇÃO DA DIRETORIA**

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo no Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR e com as demonstrações financeiras, todas relativas ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2013.

Jundiaí, 25 de outubro de 2013.

**MAURÍCIO SOARES VASCONCELLOS**  
Diretor Presidente e de Relação com Investidores

**ROBERTO SIRIANI DE OLIVEIRA**  
Diretor Operacional

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes**

### **DECLARAÇÃO DA DIRETORIA**

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo no Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR e com as demonstrações financeiras, todas relativas ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2013.

Jundiaí, 25 de outubro de 2013.

**MAURÍCIO SOARES VASCONCELLOS**  
Diretor Presidente e de Relação com Investidores

**ROBERTO SIRIANI DE OLIVEIRA**  
Diretor Operacional